

DOI 10.20396/rap.v16i1.8666157

**AS NARRATIVAS FÍLMICAS SOBRE GRUPOS DO PASSADO E A
NATURALIZAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DE RAÇA E GÊNERO EM AÇÕES DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Marina Neiva de Oliveira¹

RESUMO

No desenvolvimento da ciência moderna, a arqueologia tem desempenhado um papel significativo na legitimação e manutenção de agendas racistas, patriarcais e opressoras da colonialidade do poder e do saber. Através da análise de três curtas-metragens adotados nos últimos cinco anos em ações de extroversão do conhecimento e educação patrimonial em arqueologia preventiva (*In the rough* [2005], *Uhug – Na Serra da Capivara* [2005] e *Komum* [2010]), busco refletir sobre nosso papel social enquanto arqueólogos e pessoas educadoras e discutir como uma prática irrefletida pode atuar em favor de políticas de apagamento e formas de opressão discursivas e materiais contra grupos minoritários, sobretudo mulheres e povos racializados.

PALAVRAS-CHAVE: arqueologia de gênero; colonialidade; educação patrimonial; narrativas arqueológicas.

ABSTRACT

Throughout the development of modern science, archaeology has played a significant role in legitimizing and maintaining racist, patriarchal and oppressive agendas of the coloniality of power and knowledge. Through the analysis of three short films used in educational and scientific communication activities associated with archaeological research (*In the rough* [2005], *Uhug – Na Serra da Capivara* [2005] e *Komum* [2010]), this article seeks to discuss how our everyday practice as archaeologists and educators exercised without due reflection continues to act in favor of the politics of erasure and material-discursive forms of oppression against minority groups, with a focus on women and racialized groups.

KEYWORDS: gender archaeology; coloniality; heritage education; archaeological representation

¹ Arqueóloga pela Pontifícia Universidade de Goiás.

INTRODUÇÃO

A arqueologia é um campo de produção de conhecimento único em sua potência para suprir o imaginário social sobre a história e as origens dos grupos humanos, desde o passado mais recente até o mais longínquo. No imaginário que se constrói sobre a disciplina, ao acessar o tempo da *pré-história*², a arqueologia seria capaz de desvendar comportamentos e práticas que por serem tão recuados no tempo revelariam aspectos fundamentais da condição humana, comuns a todos os indivíduos por natureza.

“Enquanto disciplina científica, a arqueologia tem sua fundação e sua trajetória marcadas por alteridade, sexismo, racismo e nacionalismo” (WICHERS, 2019) e assumiu um papel importante na legitimação de argumentos colonialistas, ao dar *aval científico* à normatização dos corpos e naturalização de preconceitos de gênero e raça. Seria de se esperar que esse tipo de discurso fosse superado, mas como observado por Irislane Moraes e Gabby Hartemann (2018) é surpreendente perceber, sobretudo no campo da arqueologia, como ainda se faz necessário comprovar e ratificar a centralidade da ciência moderna ocidental no processo de colonização fomentado e instituído pelo povo europeu.

Devido ao caráter de *verdade* que o conhecimento científico adquire no mundo moderno ocidental e às relações de poder e hierarquia existentes entre pesquisadores e o público não especializado, momentos dedicados à divulgação e troca de conhecimentos envolve grande responsabilidade. No contexto brasileiro este contato de arqueólogos com o público se dá principalmente por ações de divulgação científica realizadas por museus e instituições culturais análogas e através das atividades de extroversão e Educação Patrimonial³ no âmbito da arqueologia preventiva, exigidas por lei dentro dos processos de licenciamento ambiental e arqueológico⁴.

²Ao longo do texto faço uso do itálico para destacar alguns termos questionáveis, que devem ser observados com ressalvas.

³Para além da Educação Patrimonial, compreendemos que existem outras interlocuções e abordagens específicas como a Arqueologia Pública. Para mais informações ver BEZERRA (2003).

⁴Atualmente as pesquisas de arqueologia preventiva são regidas pela Portaria nº 07/1988 e pela Instrução Normativa do Iphan nº 001/2015. A partir da publicação da IN, as ações educativas passaram a ser divididas em “atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão”, exigida nas etapas iniciais de pesquisa; e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial, que deve acompanhar o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico. Antes desta normativa os processos eram regidos pela Portaria nº 230/2002, além da Portaria nº 07/1988, e as ações educativas eram genericamente denominadas de Educação Patrimonial.

Neste artigo, volto meu foco para as ações da arqueologia preventiva, do qual hoje fazem parte a maior parte dos profissionais da arqueologia, pois é especialmente nestas ações rotineiras que os arqueólogos devem se lembrar que “suas responsabilidades vão além dos limites da comunidade profissional” (WYLIE, 1993). Segundo Camila Wichers (2019), essa responsabilidade ganha um peso ainda maior quando se considera o crescente interesse público que olha para as nossas interpretações sobre o passado buscando argumentos e evidências que justifiquem o presente. Por isso é mister refletir sobre nossas narrativas que estão veiculadas nesses contextos e em como elas atuam em relação às estruturas de opressão e desigualdade estabelecidas pela colonialidade.

Como nos diz Alison Wylie (1993), ao mesmo tempo em que a arqueologia traz em si a potência de contrapor certas mitologias e dar suporte a uma necessária reanálise dos axiomas estabelecidos e promovidos por agendas opressoras, se não for praticada sob um olhar crítico e atento, ela pode atuar incorporando e reproduzindo o racismo, nacionalismo e outras violências.

Isso nos indica, como defende Wichers (2019: 237), que as narrativas arqueológicas “podem ser examinadas por meio dos marcadores sociais da diferença, compreendidos como categorias e ferramentas de análise, no que concerne ao papel dos discursos emitidos pelo campo”.

Diante do cenário atual de crescente conservadorismo e retrocesso em diversos campos e conquistas sociais, a arqueologia tem a possibilidade de trabalhar a favor da perpetuação de uma sociedade desigual e violenta, ou agir para se infiltrar nas fissuras que segundo Rita Segato (2012) desarticulam a colonialidade do poder, atuando para a construção de um presente mais justo para grupos minoritários e historicamente subjugados.

Neste artigo proponho uma breve reflexão a respeito de nosso exercício enquanto arqueólogos e constantes educadores sobre o patrimônio. Para isso, recorro à análise de mídias audiovisuais que foram adotadas em ações de divulgação científica e extroversão e programas de Educação Patrimonial no âmbito da arqueologia preventiva para observar de que formas contribuimos para opressões discursivas e materiais que atingem grupos dominados pela colonialidade e o patriarcado, com recorte voltado para as mulheres e os grupos racializados. Dito isso, vejo a necessidade de apresentar um pouco a respeito dos

pressupostos a partir dos quais partem minhas observações. Para tanto me posiciono também em relação a meu lugar de fala enquanto mulher, não-branca, cisgênero, bissexual.

A COLONIALIDADE DO PODER, DO SABER E ALGUNS PRESSUPOSTOS DO MUNDO MODERNO

Tanto a modernidade ocidental quanto a ciência estão embasadas em um pensamento dicotômico que, segundo Stuart Hall (2003), é o que fundamenta a divisão entre colonizadores e colonizados e estabelece as relações de opressão que Aníbal Quijano analisaria sobre o conceito de colonialidade do poder.

Segundo Quijano (1999) a colonialidade do poder corresponde ao padrão de dominação que se estabelece entre nós (colonizadores) e os outros (colonizados), a partir da criação da ideia de “raça”. Rita Segato entende a colonialidade como “uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo de forma estável” (2012: 113) e elabora suas reflexões relacionando-a com a perspectiva do gênero, destacando-a como ferramenta capaz de iluminar características e contrastes sobre os padrões de vida dos grupos humanos não só em gênero, mas em todas as suas esferas.

Nas conjunturas que Rita Segato denomina de contexto “pré-intrusão” (2012: 111) colonial, a autora compreende a existência de um “patriarcado de baixa intensidade” (Ibid.: 116), onde o gênero opera sob uma dualidade hierárquica em que sujeitos femininos e masculinos possuem plenitude ontológica e política, apesar de desiguais em valor e prestígio. Assim, eles são completos em si mesmos e se relacionam com o outro em complementaridade, admitindo a existência dos trânsitos, encontros e transgeneridades que existem entre estes pólos. Aí estaria a diferença elementar entre e a concepção de gênero destes grupos e àquela do patriarcado colonial, pois enquanto a primeira parte de uma estrutura dual a última se organiza em uma oposição binária, onde um gênero suplementa o outro (SEGATO, 2012; WICHERS, 2017).

Esta lógica binária presume uma incompletude dos opostos que, no caso do gênero, seria faltosa sobretudo na mulher e no feminino, que é muitas vezes caracterizado pelas suas faltas em relação ao outro. Como nos lembra Simone de Beauvoir (1949), Aristóteles diz que “a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”. Se o feminino é a falta, o masculino está infinitamente mais próximo de sua completude, e é adotado como

norma dentro no pensamento da colonialidade. Sob a mesma lógica, operam os outros binarismos do mundo moderno com branco e não-branco, europeu e não-europeu, científico e mítico, prevalecendo a hierarquia superior como norma. Segato (2012: 125) explica que “o mundo moderno é o mundo do Um, e todas as formas de alteridade com relação ao padrão universal representado por este Um constituem um problema” e que este movimento de adotar um dos polos como referencial universal transforma o que seria uma diferença hierárquica em um abismo. Para alcançar a mesma plenitude ontológica do Um, o cidadão universal, qualquer elemento precisará ser equalizado a partir dessa grade de referência comum “neutralizadora de particularidades” (Ibid: 122). Por esse motivo a adoção de termos generalizantes, como o uso do masculino como *neutro* na linguagem, produz e mantém invisíveis as existências que escapam de tais normatizações.

Este “corpo de conhecimento que fornece explicações para o mundo” (RIBEIRO, 2017: 213-214) que é a ciência ocidental, é, portanto, construído tendo como base os critérios binários do mundo do Um e adota como conceito chave a objetividade científica, fruto da crença positivista de ser possível acessar a verdade universal sobre as coisas através de processos lógicos, naturais, imparciais e blindados.

Nessa concepção de ciência, o conhecimento seria produzido isento de quaisquer contextos e condicionantes sociais, políticos, econômicos, psicológicos ou cosmológicos. É uma ciência que existe enquanto entidade despersonalizada, universal e etérea, cujo conhecimento só pode ser produzido objetivamente por um agente epistêmico que transcende esses fatores contextuais e a partir disso revela a verdade objetiva sobre o mundo (RIBEIRO, 2017; MORAES e HARTEMANN, 2018). Assim, “xs cientistas, tornam-se quase parte dessa dimensão divina, sem possuírem características humanas ou falhas, tais como opiniões, crenças, culturas, cosmologias, raças, identidades de gênero, orientações sexuais” (MORAES e HARTEMANN, 2018: 11), atuando como porta-vozes da *verdade científica*.

Orientada pelo positivismo e pela colonialidade do saber, a ciência produz discursos que correspondem aos critérios normativos e perspectivas do mundo do Um. No discurso científico, assim como sociedade moderna, agentes que não se encaixam nos critérios normativos estabelecidos “a menos que depurados de sua diferença (...) não se adaptam com precisão a este ambiente neutro, asséptico, do equivalente universal” (SEGATO, 2012: 122).

Com isso em mente, podemos pensar em como a arqueologia, a partir desse lugar de produção de discursos que alcançam as *verdades* sobre o mundo, atuou e ainda atua na manutenção das dinâmicas de poder hegemônicas e contribuem com as políticas de apagamento de tudo que escapa às normas do Um, especialmente em relação às categorias de gênero e de raça.

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E DE RAÇA E A LEGITIMAÇÃO CIENTÍFICA

Aníbal Quijano (1999; 2005) explica o surgimento do conceito de raça enquanto categoria moderna e colonial criada em referência às supostas diferenças biológicas entre o branco e os povos colonizados. Por meio do apagamento e da repressão, o colonizador impõe aos povos indígenas e de origem africana identidades artificiais e historicamente novas de *índios* e *negros*, marcadas por generalizações e conotações negativas. Nesse processo em que relações de dominação se estabeleciam, cada nova identidade ia sendo atrelada a uma determinada posição social e hierárquica que ditaria o papel, os privilégios e os deveres de cada indivíduo, bem como seu alcance dentro da sociedade.

Ainda segundo Quijano (2005), a ideia de raça e as teorias científicas que seriam elaboradas a seu respeito se apresentam na intenção de legitimar e naturalizar as relações de dominação que o colonizador impunha. Elas serviriam também para justificar, dentro da lógica cristã vigente, as atrocidades perpetradas contra os povos colonizados, colocando-os em uma categoria de subumanidade. Uma vez que estes não-europeus eram biologicamente menos capazes, socialmente atrasados e espiritualmente condenados, caberia ao homem branco, detentor do conhecimento, dos meios de dominação e da salvação espiritual, fazer com eles o que bem entendesse em nome de um suposto progresso da humanidade.

No século XIX, a crença em uma evolução humana unilinear suscitada por filósofos do Iluminismo ganha força e credibilidade a partir da teoria da evolução darwinista, ao supor que uma escala de evolução biológica, e por extensão também cultural, se aplicaria aos grupos humanos, subjugando os povos colonizados em seu potencial intelectual. Para Quijano (2005: 127), “o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também em um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo”. Consequentemente, tudo

relacionado a esses indivíduos racializados assume também uma posição de inferioridade – seus traços fenotípicos, sistemas de saber, “descobertas mentais e culturais” (Ibid.: 118).

Através do evolucionismo cultural, os europeus conseguem uma forma científica de justificar sua hegemonia, que transfere “a desigualdade humana do domínio político para o natural” (TRIGGER, 2004: 115). Além de defender uma suposta evolução das sociedades desde a selvageria e infância social até a sua maturidade, representada pela civilização nos moldes europeus, essa corrente de pensamento foi a primeira a teorizar hipóteses sobre a inferioridade das mulheres atribuindo a elas as mesmas características dos *selvagens*, como menor inteligência e disposição para trabalhar, colocando-as na infância da humanidade (DIÁZ-ABREU, 2005).

Apesar da premissa da objetividade científica em que se baseia a produção arqueológica a partir do século XIX, nas últimas décadas a análise sobre o olhar da crítica feminista acerca das narrativas arqueológicas produzidas sobre o passado tem mostrado o quanto estas leituras presumidamente neutras e imparciais estão fortemente influenciadas por um viés androcêntrico e eurocêntrico (WYLIE, 1993; CONKEY e SPECTOR, 1984; GERO, 1991; DIÁZ-ABREU, 2005).

Na publicação clássica *Archaeology and the Study of Gender*, de 1984, Margaret Conkey e Janet Spector discutem como a arqueologia tem contribuído ao longo de sua história para embasar e legitimar uma mitologia de gênero na sociedade ocidental moderna, criando narrativas sobre o que é feminino e masculino, sobre as capacidades de homens e mulheres e sobre os papéis a serem desempenhados por cada um na sociedade (Ibid.: 1).

As autoras observam que apesar das questões de sexo e das relações de gênero não terem sido metodologicamente abordadas na disciplina até recentemente, o conhecimento arqueológico produzido até então nunca se absteve desse tema. Ao contrário, estas pesquisas sistematicamente produziram interpretações e narrativas sobre o registro arqueológico elaborado por um viés androcêntrico. A partir dele, as narrativas tenderam a ignorar mulheres, a presumir atribuições de gênero às atividades observadas no registro, a assumir o homem como norma e operar dentro de noções estereotipadas e eurocênicas sobre o papel e a posição das mulheres na sociedade (WYLIE, 1993; CONKEY e SPECTOR, 1984). Alison Wylie (1993) fala ainda de um caráter por vezes sexista, que implica em uma decisão deliberada de desvalorizar a mulher e as atividades e características associadas ao feminino, buscando naturalizar e legitimar desigualdades de

gênero. Para Margarita Díaz-Abreu (2005), é comum que pesquisadores tenham imaginado as relações de gênero no passado como uma imagem especulativa dotada de um presentismo, isto é, produzindo interpretações que refletem sua própria realidade social.

Essa visão presentista, fortemente androcêntrica, culminou na elaboração do conhecido modelo “*man-the-hunter*” publicado em 1968, que adota pressupostos de gênero universalizantes em relação às capacidades de homens e mulheres; à divisão sexual do trabalho; ao valor das contribuições de cada gênero na história humana; e supõe a existência de relações hierárquicas entre eles desde os primeiros hominídeos. Neste modelo que influencia vigorosamente as produções subsequentes, as atividades consideradas mais importantes e de maior ênfase nas pesquisas são compulsoriamente associadas ao masculino, como a caça, guerra, poder, produção de ferramentas líticas. Já as atividades femininas estariam associadas a uma agência limitada e de caráter secundário dentro da vida social, circunscrita ao ambiente doméstico – maternidade, processamento de alimentos, produção cerâmica. Tal androcentrismo na antropologia, e especialmente na arqueologia, também prevê uma heterossexualidade compulsória junto a características *essenciais* e quase instintivas de dois únicos gêneros possíveis – homens fortes, agressivos, ativos e dominantes em oposição a mulheres frágeis, passivas e dependentes. (CONKEY e SPECTOR, 1984). Dessa forma,

Se nossas descrições e interpretações sobre a vida em outras culturas simplesmente reitera nossos próprios pressupostos sobre gênero, nós minamos os esforços voltados para explicar a diversidade cultural e as semelhanças (aceito como um dos objetivos da antropologia), ao mesmo tempo que justificamos nossa própria ideologia de gênero. (CONKEY e SPECTOR, 1984: 3, tradução minha).

Aqui entendemos como Loredana Ribeiro (2017) que pensar, fazer e falar sobre uma arqueologia feminista é também posicionar-se contra agendas opressoras e em favor da justiça histórica e social devida a grupos subjugados pelo patriarcado, colonialismo e imperialismo, sendo também “uma arqueologia não opressiva; não sexista, não racista, não machista e não colonialista” (RIBEIRO, 2017: 213).

ANÁLISE DAS MÍDIAS AUDIOVISUAIS UTILIZADAS

Para refletir sobre essas questões, foram selecionados três curtas-metragens com narrativas acerca de um passado recuado e pré-colonial, que foram adotados em ações de divulgação e extroversão de pesquisas de arqueologia preventiva em anos recentes.

Todas as mídias estão disponíveis a acesso público pela plataforma Youtube, são elas: “*In the rough*” (2005, 4:50 minutos)⁵ de produção estadunidense, “*Uhug – Na Serra da Capivara*”⁶ (2005, 10:23 minutos), “*Komum*” (2010, 4 minutos)⁷, os últimos de produção nacional. Elas fazem parte das mídias selecionadas por Camila Wichers (2019), em artigo no qual me inspiro, onde a autora reflete sobre os estereótipos presentes e construídos nas narrativas arqueológicas e museológicas e como as “categorias de gênero, bem como outras categorizações visíveis nas narrativas analisadas, contam muito mais a respeito de nós mesmos, das nossas sociedades contemporâneas, do que das sociedades estudadas” (Ibid.: 240).

Nesse sentido, embora as mídias não tenham sido necessariamente produzidas com envolvimento de arqueólogos, suas narrativas refletem como ainda pensamos enquanto sociedade sobre os grupos humanos do passado, sobre as origens dos papéis de gênero e dos marcadores sociais da diferença que fazem parte de nosso inconsciente coletivo.

Em levantamento realizado junto aos processos de pesquisas arqueológicas disponíveis para acesso público por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI! do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, foram identificados 26 projetos de arqueologia preventiva desenvolvidos em 11 estados brasileiros que fizeram o uso de alguma destas produções nos últimos 5 anos.

TABELA 1 – Dados compilados sobre a adoção dos três curtas-metragens em ações educativas de arqueologia preventiva entre 2015 e 2020.

Mídias utilizadas	Ano das pesquisas	Estados de desenvolvimento das pesquisas	Total de usos
In the rough	2018, 2019	Mato Grosso, Piauí, Sergipe	3
Komum	2016, 2017, 2018, 2019	Pará	7
Uhug	2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020	Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo Minas Gerais, Rio Grande do Norte, São Paulo	16

Fonte: Elaborada a partir de levantamento no SEI!, consulta em 16 de dezembro de 2020.

⁵Link do vídeo “Tempo das Cavernas” <https://youtu.be/VFykQE8ge7I>

⁶Link do vídeo “Uhug - Na Serra da Capivara” <https://youtu.be/GvwW0uRNQZ8>

⁷Link do vídeo “Komum” <http://iptv.usp.br/porta/video.action?idItem=13072> ou <https://youtu.be/sttIOcwB3IE>

Dos 26 projetos levantados, o uso das mídias se deu em nove atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas sob Portaria nº 230/2002; nove atividades divulgação e extroversão e oito Projetos Integrados de Educação Patrimonial, esses desenvolvidos sob a luz da IN 001/2015. Em todas as ações os curtas-metragens foram apresentados a alunos e/ou professores com caráter expositivo para aproximação da temática arqueológica, escolhidos por retratar o cotidiano do *homem pré-histórico* de forma lúdica. Com exceção de uma das ações, cujo relatório indica que foi discutida a coexistência entre humanos e dinossauros, ilustrada em um dos curtas, nenhuma outra atividade informa ter feito um uso crítico destas mídias, adotadas como ferramentas ilustrativas. Entendo que este uso irreflexivo pode acarretar alguns problemas, como exponho a seguir.

Nas produções me chamaram atenção três pontos em comum que, em menor ou maior grau, podem ser observados em todos os vídeos e tentarei expor nos próximos parágrafos. Eles são a racialização dos personagens associados ao primitivo e ao selvagem; o androcentrismo e machismo das narrativas; e a concepção colonialista de que a vida dos grupos humanos não-brancos e não-modernos se resumiria à constante luta pela sobrevivência e pela alimentação.

Em “*Uhug – Na Serra da Capivara*” o protagonista possui cabelos grossos, dentes tortos e um nariz grande e é apresentado com o nome de Uhug, parece remeter ao urro/vocalização de um ser “primitivo” e sem linguagem, e cuja sonoridade não guarda relação com as línguas ancestrais nativas. O tema da fome aparece como foco central dessa narrativa, que mostra os esforços de Uhug para se alimentar e obter conforto, reforçando o imaginário de que grupos pré-coloniais ou não civilizados viveriam entre comer ou ser comido, sempre em rivalidade com a natureza, impossibilitados ou incapazes para a existência de outras esferas da vida humana culturais, sociais ou simbólicas (Figura 1).

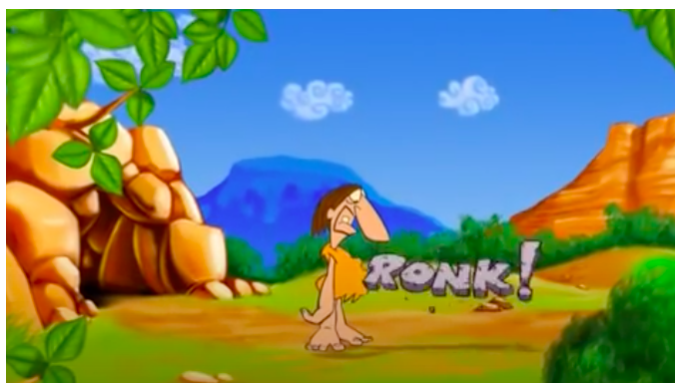


FIGURA 1 – Fome e a luta pela sobrevivência são o tema central da narrativa. Fonte: “*Uhug – Na Serra da Capivara*” (2005).

Em mais de um momento o narrador nos informa que o caso contado não faz parte da história da humanidade, mas da “pré-história”, visão que corrobora com as políticas de apagamento dos povos indígenas nativos e ancestrais. O caráter *pré-histórico* é reforçado pela presença de dinossauros que se misturam com o ser humano e animais modernos e da megafauna, promovendo noções equivocadas de temporalidade que a disciplina tradicionalmente busca esclarecer (Figura 2). Wichers (2019) destaca a completa ausência de mulheres na narrativa, que parecem não existir nesse tempo-espço. Uma macaca, a única personagem feminina, pode ser identificada pelos lábios com batom e uma postura sensualizada (Figura 2).



FIGURA 2 - (1) Representação equivocada da coexistência entre dinossauros e seres humanos; (2) Macaca é a única personagem feminina do curta, identificada pelo batom e pose sensualizada. Fonte: “Uhug – Na Serra da Capivara” (2005).

Alguns aspectos são mais flagrantes no curta-metragem “Komum”. Ele é protagonizado por um personagem homônimo que é, segundo o narrador, “um homem que não sabia de onde veio nem o porquê”. Na história, os indivíduos de um grupo do passado, todos homens, são caracterizados pela postura corcunda, cabelos desganhados e aparência suja, cujos gestos brutos mostram toda a masculinidade de seres selvagens, capazes de muita força e pouco raciocínio, meio-homens-meio-bichos. Seus traços fenotípicos e a cor de pele indicam, sem surpresa, sujeitos racializados. Camila Wichers (2019) observa o tronco superdimensionado e postura simiesca dos braços do personagem. Suas características e seu fenótipo “grotesco” (Ibid.: 250) nos remetem ao imaginário racista e colonialista do século XIX que associa sujeitos não brancos e não modernos a uma condição primitiva e subdesenvolvida, em oposição à modernidade europeia. Ainda assim são eles, os homens, os únicos retratados na história com agência e papéis ativos na sobrevivência e subsistência do grupo, representados na fabricação de ferramentas, atividade de caça e ou produção de arte rupestre.

As mulheres, identificadas por seus seios, cabelos compridos e a quase ausência de pelos corporais aparecem apenas em um momento do curta, representadas como objetos de conquista masculina. Essa conquista ora se dá pela explícita violência física contra a mulher, quando elas são representadas respondendo de forma positiva e apaixonada à agressão e opressão masculina (Figura 4); ou conquistadas pela oferta de flores como apelo a uma sensibilidade que lhe seria tão natural quanto a sua sujeição ao domínio masculino, e mantém a narrativa presa à heterossexualidade como norma (Ibid.).



FIGURA 4 – Mulher sendo "conquistada" a partir da agressão masculina. Fonte: "Komum" (2010).

O terceiro curta metragem selecionado é "*In the rough*" (Tempo das Cavernas), que se desenvolve a partir do desentendimento de um casal heterossexual. Novamente se observa o protagonismo masculino e a representação de um sujeito racializado, caracterizado por pelos em abundância pelo corpo, nariz alargado e cabelos grossos.

A história se inicia com uma briga em que a mulher, que permanece oculta dentro da caverna, aparece "desequilibrada, fora de controle" (WICHERS, 2019: 250), enquanto atira coisas e rechaça o companheiro do ambiente domiciliar, reforçando a relação do feminino restrito ao privado/doméstico em oposição ao masculino e público, de maior alcance.

Enquanto o homem vaga pela floresta, sem destino, o foco se volta para a sua fome e as tentativas frustradas de caça, nas quais o personagem compete com a natureza, parecendo incapaz de traçar estratégias de subsistência eficientes para o meio em que vive.

Mediante o fracasso da caça, este sujeito volta para a caverna e a encontra sendo ameaçada por um grande animal. A mulher, *incapaz* de defender a si mesma pede por socorro e é salva pelo homem que destemidamente ataca o animal e o golpeia com uma

pedra que racha e revela um diamante em seu interior. É esse diamante que o homem usa para reconquistar a mulher e conseguir seu afeto, perdão e o retorno ao ambiente domiciliar. Uma narrativa androcêntrica, presentista e heteronormativa que reforça um estereótipo misógino da *mulher interesseira*, seduzida pelos bens materiais que seu companheiro pode proporcionar. Nessa única cena em que a mulher aparece, é sintomático que ela não possua rosto, destituída de identidade e, portanto, um não-sujeito, um ser objetificado.



FIGURA 5 – Cena em que homem “conquista” a mulher com bem material. Fonte: “*In the rough*” (2005).⁸

Ao mesmo tempo, o que vemos na narrativa é a naturalização (1) do interesse por bens materiais como uma característica essencialmente feminina e que, portanto, pode ser generalizada a todas as mulheres, corroborando com discursos misóginos; (2) do estereótipo da mulher passiva que, como coisa, pode ser comprada (BRILHANTE *et al.*, 2018), (3) do homem como mantenedor financeiro e (4) da divisão sexual do trabalho, tema que, segundo Camila Wichers, “tem sido a principal linha de diferença entre homens e mulheres nas narrativas produzidas a partir da Arqueologia” (2019: 242).

Uma vez que o vídeo está disponível em plataforma pública com espaço para comentários, algumas falas nos permitem vislumbrar o entendimento e reações do público. A maioria dos comentários trazem mensagens que aprovam o curta-metragem e o desfecho cômico (?) que se apoia na exploração deste estereótipo, além de algumas falas recorrentes: relatos de que o vídeo foi assistido em aula e/ou por indicação de professores; comentários em que as pessoas comparam alguma mulher de sua vida (irmã, cunhada)

⁸ BYGABRIELSOUSA (Canal). “Tempo das Cavernas”. Youtube, 29 de maio de 2010. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=VFykQE8ge7I> >. Acesso em 8 de dezembro de 2020.

com a *mulher interesseira* da história; e comentários sobre a atemporalidade dessa característica estereotipada atribuída às mulheres.



FIGURA 6 – Comentários sobre o curta-metragem “*In the rough*”, disponível no site Youtube⁹.

Essas falas nos permitem observar como, se não foram devidamente contextualizadas, estas narrativas construídas sob um olhar presentista podem essencializar preconceitos e serem utilizados para legitimar a desqualificação da mulher e do feminino, banalizar o machismo e fomentar discursos de ódio.

DISCUSSÃO

Para o evolucionismo cultural do século XIX, enquanto o europeu caucasiano teria um papel ativo e progressista se adaptando e modificando o ambiente (HALLER, 1971), raças *inferiores* seriam cognitivamente incapazes de desenvolver tecnologias, estratégias adaptativas ou qualquer aspecto complexo de vida social e simbólica e estariam fadadas a um estado de fome e de luta pela sobrevivência. Passados três séculos, ainda observamos esta visão presente em narrativas sobre grupos não modernos, especialmente nas mídias analisadas, que retratam sujeitos inaptos ao ambiente em que vivem, ineficientes em atividades básicas de subsistência como o lascamento e a caça, aparentemente sem quaisquer conhecimentos do meio ou estratégias de adaptação.

Ademais, as narrativas científicas ou pedagógicas que versam sobre um passado sempre heteronormativo e cisgênero, evocam a noção de uma continuidade atemporal das organizações sociais e organizações de gênero na forma que elas se dão no mundo moderno. Ao naturalizar relações de hierarquia e papéis de gênero opressores e limitantes, elas excluem do imaginário social a existência e a possibilidade de outras configurações que não necessariamente correspondem à heterossexualidade compulsória, ao binarismo de gênero ou à desvalorização do feminino e da mulher.

As mulheres, se não completamente ocultas nas narrativas acerca do passado, são retratadas em um papel de conotação negativa ou inferior: são frágeis, loucas, interesseiras, sem agência e sem envolvimento nas atividades que contribuem com a vida destes grupos humanos.

Quando caímos no equívoco de buscar no passado evidências da “condição humana” que justifiquem o presente, olhamos para estes grupos por meio das lentes do colonialismo e do patriarcado. Este olhar engessado e generalista para o passado nos priva de outras interpretações que percebam multiplicidade de relações e negociações de gênero e diferentes estruturas sociais que podem ter se formado a partir disso. No presente, ele legitima discursos de ódio, violências, exclusão e opressão de grupos minoritários.

Nos últimos anos observamos o desenvolvimento das discussões sobre a educação voltada ao patrimônio cultural, promovidas inclusive pelo Iphan em publicações e orientações legais (vide Portaria nº 137/2016). Dentre elas destaca-se a publicação de Sônia Florêncio *et al.* (2014), marco representativo de grandes avanços nas perspectivas e

diretrizes dadas à educação patrimonial, com processos participativos e a diversidade cultural como temas focais e a compreensão do patrimônio cultural como um campo de conflito. Todavia, percebemos que estas reflexões não alcançam temáticas antirracistas, de gênero ou de sexualidade. Tampouco se estendem às representações e narrativas arqueológicas relacionadas a um passado mais recuado, tema que é frequentemente central nas ações promovidas em arqueologia preventiva e que ocupa esse papel importante no imaginário popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo busquei ilustrar um pouco sobre como a colonialidade do poder e do saber atuam na produção e reprodução de narrativas que naturalizam mitologias sobre gênero, raça e justificam organizações sociais hierárquicas e violentas.

Sob esta perspectiva, a análise de algumas mídias adotadas nos últimos cinco anos em atividades de extroversão de conhecimento no âmbito da arqueologia preventiva permitiu observar como ações educativas na arqueologia sem a devida reflexão seguem adotando discursos que legitimam relações opressoras, racistas e patriarcais na atualidade.

Este breve levantamento chama a atenção para a necessidade de um aprofundamento de nossas reflexões sobre as narrativas imagéticas que são produzidas e adotadas na arqueologia, discussão que já vem sendo realizada em literatura internacional¹⁰ mas ainda é um campo pouco explorado pela comunidade nacional.

Em um dos poucos estudos realizados nacionalmente sobre estas narrativas imagéticas, Camila Wichers nos informa que:

Quando pesquisas arqueológicas, instituições museológicas e materiais de divulgação, em um amplo senso, constroem narrativas impregnadas de silenciamentos e de estereótipos das mulheres e outras minorias, acabam sujeitando-as a uma violência epistêmica. Além disso (...) a construção de estereótipos está imbricada com violências simbólicas e físicas. (WICHERS, 2019: 239).

¹⁰Para estas discussões ver LEVY, 2006; MOSER, 2009; BARKER, 2010; FRIES *et al.*, 2017.

Estas narrativas, ao serem apresentadas por especialistas e em contextos de pesquisas, adquirem um *status* diferenciado e poderoso de *verdade* científica, especialmente no caso daquelas situadas em escalas temporais tão alargadas, que não são abarcadas por nenhum outro campo de estudo (WICHERS, 2017). Ou seja, ainda que as animações não tenham sido produzidas por profissionais da arqueologia, elas reverberam mitologias e premissas equivocadas que ainda marcam esse campo de pesquisa e seguem sendo reproduzidas como factuais. Apesar do avanço das discussões sobre a produção de arqueólogos e a relação deste com a sociedade, ainda existem vários obstáculos a serem superados para a realização de ações educativas que combatam a episteme colonial, marcada por dicotomias e hierarquias entre cientista e público leigo, pesquisadores e pesquisados, nós e os outros.

Judith Butler explica que estas narrativas, as quais ela se refere como “ficções ‘fundacionistas’”, trazem uma ideia de origem atemporal dos padrões ocidentais onde “a invocação performativa de um ‘antes’ não histórico torna-se a premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas” (BUTLER, 2003: 20).

A fim de não consentir livremente em sermos governados por formas opressoras de poder, espero que estas reflexões possam contribuir para um olhar mais atento aos discursos levados ao público e mais ciente de suas implicações, buscando ações educativas que ao abordar o passado distante ou recente, “incentivem os alunos a pensarem criticamente sobre o vínculo entre eventos passados e lutas políticas atuais” (Barbara Voss em entrevista cedida a Camila Wichers, Denise Schaan, Gláucia Sene, Marlene Moura e Sibeli Viana, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARKER, Alex. *Exhibiting Archaeology: Archaeology and Museums*. In: **Annual Review of Anthropology**, Vol. 39, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1949].

BEZERRA, Márcia A. O Público e o Patrimônio Arqueológico no Brasil: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. In: **Habitus**, v. 1(2): 275-295, 2003.

BRILHANTE, Aline V.; NATIONS, Marilyn K.; CATRIB, Ana Maria F. “Taca cachaça que ela libera”: violência de gênero nas letras e festas de forró no Nordeste do Brasil. In: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. 1-12, 2018. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2018000305010&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em dez/2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CONKEY, Margaret W.; SPECTOR, Janet D. *Archaeology and the Study of Gender*. In: **Advances in Archaeological Method and Theory**, v. 7, p. 1-38, 1984

DÍAZ-ANDREU, Margarita. *Arqueología y Género: una nueva síntesis*. In: SÁN- CHEZ ROMERO, Margarita (Ed.). **Arqueología y Género**. Granada: Editorial Universidad de Granada, p. 13-51, 2005.

FRIES, Jana E.; GUTSMIEDL-SCHÜMANN, Doris; MATIAS, Jo Zalea; RAMBUSCHECK, Ulrike. **Images of the Past: Gender and its Representations**. Waxmann Verlag, 228 p., 2017.

GERO, Joan. *Genderlithics: women’s roles in stone tool production*. In: GERO, Joan M.; CONKEY, Margaret W. (Eds.). **Engendering archaeology: women and prehistory**. Cambridge: Blackwell, p. 163-193, 1991.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: Liv Sovik (Org.). **Da Diáspora**. Identidades e mediações culturais, Belo Horizonte, UFMG, 2003.

HALLER, John S. *Race and the Concept of Progress in Nineteenth Century American Ethnology*. In: **American Anthropologist, New Series**, Vol. 73, No. 3, p. 710-724. 1971.

HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislane P. de. Contar Histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. In: **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Vol. 12, N. 2, Julho-Dezembro 2018.

FLORÊNCIO, Sônia R.; CLEROT, Pedro; BEZERA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf >. Acesso em: dez/2020.

LEVY, Janet E. *Prehistory, Identity, and Archaeological Representation in Nordic Museums*. In: **American Antropologist**, Vol. 108, No. 1, p. 135-147, 2006.

MOSER, Stephanie. *Archaeological Representation: the Consumption and Creation of the Past*. In:

GOSDEN, Chris; CUNLIFFE, Barry; JOYCE, Rosemary A. **The Oxford Handbook of Archaeology**. 2012.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina*. **Dispositivo**, Vol. 24, No. 51, pp. 137-148. 1999. Disponível em: < <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6042> >. Acesso em dez/2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em: < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf >. Acesso em dez/2020.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. In: **Revista de Arqueologia**, Vol. 30, N. 1, p. 210-234, 2017. Disponível em: < <https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/517> >. Acesso em dezembro/2020.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: OLIVEIRA, Lennita e BARBOZA, Rose (Org.). **Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical**. E-Cadernos CES (Online), Coimbra, n. 18, p. 105-131, 2012. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/eces/1533> >. Acesso em nov/2020.

WICHERS, Camila A. de M.; SCHAAN, Denise; SENE, Glaucia M.; MOURA, Marlene C. Ossami; VIANA, Sibeli A. Viana. *Interview with Barbara Voss Gender Issues*. In: **Habitus**, v. 16, p.187-204, jan/jun 2018. Disponível em: < <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6536/3613> >. Acesso em dez/2020.

WICHERS, Camila A. de M. Narrativas Arqueológicas e Museológicas sob rasura: provocações feministas. In: **Revista de Arqueologia**, Vol. 30, n. 2, p. 35-50, 2017.

WICHERS, Camila A. de M. Arqueologia, gênero e diferença: notas sobre um acervo de estereótipos. In: HIRANO, Luis F. K.; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo F (Org.). **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Imprensa Universitária, p. 234-257, 2019. Disponível em: < https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1249/o/marcadores_sociais_das_diferencas.pdf >. Acesso em nov/2020.

WYLIE, Alison. *Facts and fiction: Writing Archaeology in a different voice*. In: **Canadian Journal of Archaeology / Journal Canadien d'Archéologie**, vol. 17, pp. 5-12, 1993. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/41102525?origin=JSTOR-pdf> >. Acesso em dez/2020.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo, Odysseus Editora Ltda, 2004.

Recebido em: 10/01/2021
Aprovado em: 09/05/2021